

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.599 - SP (2019/0287672-0)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : EDSON DOS SANTOS DA SILVA**  
**ADVOGADO : FABIANO IZIDORO PINHEIRO NEVES - SP202085**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão de minha lavra, às fls. 118/121, que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, por ausência de debate pela Corte de origem, razão pela qual este Tribunal não poderia se manifestar, sob pena de indevida supressão de instância.

No presente pedido, o agravante sustenta que a matéria foi sim analisada e julgada pelo Tribunal *a quo*, não havendo se falar em supressão instância.

É o relatório.

Decido.

Em face das alegações trazidas, reconsidero a decisão atacada para dar prosseguimento à análise do *mandamus*.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 09 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

